



Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



CONTEÚDO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA	14
2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	14
3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	41
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42
5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	43
6 PARTES RELACIONADAS	44
7 ESTOQUES	45
8 TRIBUTOS A RECUPERAR / IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR	46
9 IMOBILIZADO	47
10 INTANGÍVEL	51
11 INVESTIMENTOS	53
12 FORNECEDORES	54
13 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	55
14 ARRENDAMENTO MERCANTIL	58
15 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	59
16 PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	62
17 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	64
18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	65
19 RESULTADO FINANCEIRO	66
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66
21 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	68
22 SEGUROS (NÃO AUDITADO)	73
23 EVENTOS SUBSEQUENTES	73

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2024, o setor petroquímico global permaneceu impactado pelos maiores custos de fretes marítimos, reflexo de diferentes conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial e a precificação de produtos petroquímicos, especialmente na Ásia.

Tais desafios também trouxeram oportunidades para o Grupo OCQ, uma vez que a redução no volume de importações favoreceu a competitividade dos produtos nacionais. Adicionalmente, o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos proporcionou uma proteção extra em um cenário de intensa competição predatória.

O desempenho positivo de segmentos chave, como a construção civil, também impulsionou os resultados do Grupo. Por outro lado, a manutenção de taxas de juros em patamares elevados e a perspectiva de novos aumentos representam riscos que podem impactar setores específicos, demandando atenção redobrada para ajustes estratégicos ao longo de 2025.

O Grupo OCQ, ao longo do ano, manteve seu foco na busca por maior eficiência operacional e sustentabilidade. Trabalhamos intensamente para avançar em iniciativas de eficiência energética, promovendo a integração das empresas do Grupo após a aquisição da Elekeiroz, o que gerou significativas sinergias em pessoas, processos e produtos. O reforço dos sistemas informatizados permitiu ganhos de agilidade e confiabilidade nas operações, enquanto a integração logística contribuiu para otimizações relevantes na cadeia de suprimentos.

Além disso, o Grupo lançou novos produtos no mercado, ampliando seu portfólio e diversificando suas fontes de receita. Essas ações refletem o compromisso do Grupo OCQ em se adaptar às demandas do mercado, fortalecer sua posição competitiva e assegurar o crescimento sustentável de longo prazo.

Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir:

O volume de vendas global da Elekeiroz aumentou 26% em relação ao exercício anterior, sendo o total da receita líquida em 31 de dezembro de 2024 de 1.771.225 (R\$ 1.408.647 em 31 de dezembro de 2023). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu aumento de 36% em relação ao exercício anterior, sendo 418.902 Toneladas em 31 de dezembro de 2024 (309.150 Toneladas em 31 de dezembro de 2023).

O EBITDA teve aumento expressivo de 528% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 159.595 (R\$ 25.405 em 31 de dezembro de 2023), justificado pela retomada do volume comercializado, melhores margens e menor competitividade comparado ao mercado internacional. Adicionalmente é importante destacar a sinergia na aquisição de matérias primas em conjunto com as demais empresas do Grupo OCQ e alinhamento de práticas industriais voltadas para os objetivos estratégicos da Administração.

A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada no Grupo OCQ, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados do Grupo no exercício.

Desempenho financeiro

O **EBITDA** ajustado recorrente da Elekeiroz é apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Reconciliação do LAJIDA (a) (EBITDA)		
Prejuízo do exercício	(22.510)	(108.216)
Depreciações e amortizações	60.638	63.804
Resultado financeiro, líquido	102.626	111.208
Imposto de renda e contribuição social	(572)	(40.583)
LAJIDA (a) (EBITDA)	140.182	26.213
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(-) Venda de créditos tributários	(16.074)	(39.518)
(-) Acordos com antigos controladores	32.020	-
(-) Habilitação de crédito tributário	(1.065)	(9.399)
(+) Nexoleum - Cessão de ações para parte relacionada	4.532	-
(+) Custos da transação do fechamento da operação de compra da Elekeiroz S.A.	-	52.161
(+) Consultorias pontuais	-	2.196
(+/-) Baixas oriundas de revisão de vida útil / Recuperação de imobilizado	-	(6.248)
LAJIDA (a) (EBITDA) ajustado	159.595	25.405

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e
 EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil).



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Elekeiroz S.A.**

Várzea Paulista – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elekeiroz S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elekeiroz S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 8 de fevereiro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/O-4 F SP



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	165.217	47.344	165.217	47.412
Títulos e valores mobiliários		-	2.873	-	2.873
Contas a receber de clientes	5	134.956	122.995	134.956	122.995
Contas a receber - Partes relacionadas	6	9.454	9.482	9.454	9.482
Estoques	7	296.796	212.165	296.796	212.165
Tributos a recuperar	8	48.123	35.520	48.123	35.695
Imposto de renda e contribuição social	8	1.077	9.697	1.077	9.751
Outros ativos		10.869	7.164	10.869	7.033
Total do ativo circulante		666.492	447.240	666.492	447.406
Não circulante					
Depósitos judiciais	15	7.161	9.859	7.161	9.859
Tributos a recuperar	8	49.597	65.402	49.597	66.527
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	66.362	65.942	66.362	65.942
Outros ativos		2.278	3.643	2.278	3.642
Imobilizado	9	314.238	318.374	314.238	319.467
Intangível	10	256.010	259.483	256.010	263.737
Investimentos	11	1.607	7.791	1.607	1.157
Total do ativo não circulante		697.253	730.494	697.253	730.331
Total do ativo		1.363.745	1.177.734	1.363.745	1.177.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)					
Circulante					
Fornecedores	12	265.212	176.223	265.212	176.224
Contas a pagar - Partes relacionadas	6	201.836	12.123	201.836	12.123
Mútuos - Partes relacionadas	6	5.511	-	5.511	-
Adiantamentos de clientes		502	-	502	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	104.204	160.072	104.204	160.072
Obrigações sociais e trabalhistas		22.460	12.027	22.460	12.027
Obrigações tributárias		3.566	5.111	3.566	5.113
Arrendamento mercantil	14	429	107	429	107
Outros passivos		4.950	10.956	4.950	10.956
Total do passivo circulante		608.670	376.619	608.670	376.622
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	661.835	726.625	661.835	726.625
Obrigações tributárias		6.117	-	6.117	-
Mútuos - Partes relacionadas	6	50.000	-	50.000	-
Arrendamento mercantil	14	2.205	-	2.205	-
Provisões para contingências		34.169	42.756	34.169	42.756
Outros passivos		9.568	18.339	9.568	18.339
Total do passivo não circulante		763.894	787.720	763.894	787.720
Total do passivo		1.372.564	1.164.339	1.372.564	1.164.342
Passivo a descoberto (patrimônio líquido)	16				
Capital social		49.000	49.000	49.000	49.000
Outros resultados abrangentes		(2.546)	(2.842)	(2.546)	(2.842)
Prejuízos acumulados		(55.273)	(32.763)	(55.273)	(32.763)
Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido)		(8.819)	13.395	(8.819)	13.395
Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)		1.363.745	1.177.734	1.363.745	1.177.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	1.771.225	1.408.647	1.771.225	1.408.647
Custo dos produtos vendidos	18	(1.545.876)	(1.300.181)	(1.545.888)	(1.300.181)
Lucro bruto		225.349	108.466	225.337	108.466
Despesas gerais e administrativas	18	(53.800)	(65.498)	(54.350)	(65.829)
Despesas comerciais	18	(52.895)	(48.066)	(52.895)	(48.066)
Perda (ganho) por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(1.760)	1.105	(1.250)	1.105
Outras receitas (despesas), líquidas	18	(37.042)	(34.178)	(37.298)	(33.267)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(220)	828	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		79.632	(37.343)	79.544	(37.591)
Receitas financeiras	19	31.228	21.003	31.317	21.223
Despesas financeiras	19	(133.942)	(132.459)	(133.943)	(132.431)
Resultado financeiro		(102.714)	(111.456)	(102.626)	(111.208)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(23.082)	(148.799)	(23.082)	(148.799)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20	572	40.583	572	40.583
Prejuízo do exercício		(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Prejuízo por ação - R\$					
Básico e diluído	16	(0,72)	(3,47)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elekeiroz S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Outros resultados abrangentes (ORA)				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Valor justo de ativos financeiros	(3.857)	(4.306)	(3.857)	(4.306)
Tributos diferidos	1.311	1.464	1.311	1.464
Total do resultado abrangente do exercício	(25.056)	(111.058)	(25.056)	(111.058)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elekeiroz S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Desenvolvimento	Especial			
Em 1º de janeiro de 2023	103.057	8.326	336	(12.973)	20.611	78.259	19.869	79.162	-	-	296.647
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.216)	(108.216)
Destinação do prejuízo											
Incentivos fiscais - Complemento	-	-	-	-	-	709	-	-	-	(709)	-
Absorção da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	(78.968)	-	-	-	78.968	-
Outros resultados abrangentes											
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.306)	-	(4.306)
Tributos diferidos sobre valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	1.464	-	1.464
Transações do capital com os acionistas											
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	12.973	-	-	-	-	-	(12.973)	-
Opções outorgadas canceladas	-	-	(336)	-	-	-	-	-	-	-	(336)
Efeitos da incorporação reversa (a)	(54.057)	(8.326)	-	-	(20.611)	-	(19.869)	(79.162)	-	10.167	(171.858)
Em 31 de dezembro de 2023	49.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.842)	(32.763)	13.395
Em 1º de janeiro de 2024	49.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.842)	(32.763)	13.395
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.510)	(22.510)
Outros resultados abrangentes											
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	449	-	449
Tributos diferidos sobre valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	(153)	-	(153)
Em 31 de dezembro de 2024	49.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.546)	(55.273)	(8.819)

(a) os detalhes da incorporação reversa estão apresentados em Nota Explicativa 2.3 - Reestruturação societária e combinação de negócios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(23.082)	(148.799)	(23.082)	(148.799)
Ajustes para reconciliação do resultado:					
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19	105.135	118.834	105.135	118.834
Provisões (receitas) de juros sobre mútuos	19	5.484	-	5.484	-
Provisões para contingências	18	(2.802)	1.656	(2.802)	1.656
Depreciação e amortização	18	60.639	63.797	60.639	63.805
Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível	9/10	45	(4.239)	3.041	(4.239)
Varição cambial	19	(9.762)	2.123	(9.762)	2.115
Provisão para perdas de crédito esperadas	18	(1.250)	(1.105)	(1.760)	(1.105)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	18	3.770	5.859	3.770	5.859
Provisão para PLR e Bônus		9.608	928	9.608	928
Outros ajustes para reconciliação do resultado		14.523	(17.137)	10.447	(17.129)
Resultado de equivalência patrimonial	11	220	(828)	-	-
		162.528	21.089	160.718	21.925
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(7.281)	45.912	(6.771)	45.912
Contas a receber de partes relacionadas		28	(4.373)	28	(4.373)
Estoques		(88.401)	22.407	(88.401)	22.407
Tributos a recuperar		11.822	3.116	13.176	2.001
Outros ativos		(2.340)	14.051	(2.472)	14.051
Depósitos judiciais		2.698	1.417	2.698	1.417
Fornecedores		83.903	59.918	83.902	59.919
Contas a pagar – Partes relacionadas		189.713	12.123	189.713	12.123
Obrigações sociais e trabalhistas		825	(24.511)	825	(25.797)
Obrigações tributárias		4.572	-	4.570	-
Outros passivos		(14.309)	(58.338)	(14.297)	(58.088)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		343.758	92.811	343.689	91.497
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Juros pagos	13	(100.557)	(61.682)	(100.557)	(61.682)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		243.201	31.129	243.132	29.815
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporações		-	111.830	-	111.830
Aporte de capital em controladas		-	(1.300)	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	9/10	(54.263)	(56.839)	(54.262)	(56.839)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		2.873	(1.873)	2.873	(1.873)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(51.390)	51.818	(51.389)	53.118
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações	13	(123.750)	(168.080)	(123.750)	(168.080)
Arrendamento mercantil - Amortizações	14	(215)	-	(215)	-
Mútuos com partes relacionadas – Captações		50.027	-	50.027	-
Distribuição de lucros		-	(24.925)	-	(24.925)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(73.938)	(193.005)	(73.938)	(193.005)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		117.873	(110.058)	117.805	(110.072)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		47.344	157.402	47.412	157.484
Caixa e equivalente de caixa no final do período		165.217	47.344	165.217	47.412
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa		117.873	(110.058)	117.805	(110.072)
Transações que não impactam o caixa:					
Imposto de renda e contribuição social diferido		420	-	420	-
Outros resultados abrangentes		450	-	450	-
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil		2.682	-	2.682	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contratos com clientes					
Receita bruta (incluindo devoluções)	17	2.181.663	1.759.969	2.181.663	1.759.969
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(3.106)	1.105	(3.106)	1.105
		2.178.557	1.761.074	2.178.557	1.761.074
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(1.934.350)	(1.540.447)	(1.934.022)	(1.540.447)
Outras despesas (receitas)		(12.336)	(55.752)	(12.960)	(55.137)
		(1.946.686)	(1.596.199)	(1.946.982)	(1.595.584)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia		231.871	164.875	231.575	165.490
Retenções					
Depreciação e amortização	18	(60.639)	(63.797)	(60.639)	(63.804)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		171.232	101.078	170.936	101.686
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(220)	828	-	-
Receitas financeiras	19	31.228	21.003	31.317	21.223
		31.008	21.831	31.317	21.223
Valor adicionado recebido em transferência		202.240	122.909	202.253	122.909
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
		102.639	85.833	102.651	85.833
Remuneração direta		65.002	64.054	65.002	64.054
Benefícios		16.081	16.867	16.093	16.867
Encargos trabalhistas		21.182	4.912	21.182	4.912
Outros		374	-	374	-
Tributos					
		(11.742)	19.782	(11.741)	19.782
Federais		19.307	33.752	19.307	33.752
Estaduais		(33.939)	(16.367)	(33.939)	(16.367)
Municipais		2.890	2.397	2.891	2.397
Remuneração de capitais de terceiros					
		133.853	125.510	133.853	125.510
Juros		121.976	121.224	121.976	121.224
Aluguéis		1.287	4.286	1.287	4.286
Outras despesas financeiras		10.590	-	10.590	-
Remuneração de capitais próprios					
		(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Lucros (Prejuízos) retidos		(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Valor adicionado distribuído		202.240	122.909	202.253	122.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Informações sobre a Companhia

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado desde 1 de julho de 2020, quando deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer outro mercado organizado, com sede na cidade de Várzea Paulista, estado de São Paulo, na rua Doutor Edgardo de Azevedo Soares nº 392, Jardim Paulista.

A Companhia tem como principais atividades: industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como, a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Companhia são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, vestuário, automotivo, alimentício, entre outros.

A Companhia dispõe de unidades administrativas e industriais apresentadas a seguir:

Unidade	Tipo	Cidade	Estado	Atividade
Várzea Paulista	Matriz	Várzea Paulista	São Paulo	Industrial
Lapa	Filial	São Paulo	São Paulo	Administrativo
Camaçari (João Ursulo - Álcoois)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial
Camaçari (Rua Hidrogênio - PGE)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial
Espírito Santo	Filial	Espírito Santo	Vitória	Administrativo

A Companhia é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“**Grupo OCQ**”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 5 de fevereiro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Divulgações voluntárias

A Companhia optou por realizar nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Resultado por ação

A apresentação do Resultado por ação é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. O Resultado por ação foi preparado de acordo com os critérios definidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 41 - "Resultado por ação" e IAS 33 - "*Earnings per share*". Como consequência, pelos CPC e IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ("Grupo"). O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Elekeiroz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2023

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Razão social	Principal atividade	Pais-sede	% de participação	
			31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	Industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral.	Brasil	-	100

- (a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para parte relacionada do Grupo. Maiores detalhes estão apresentados em nota explicativa nº 11 – Investimentos.

Controladora do Grupo

A Dofra Participações Ltda. é a controladora do Grupo OCQ, sediada no Brasil e possui capital 100% pertencente a pessoas físicas residentes no Brasil.

Transações eliminadas na Consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito esperadas ("PCE" ou "impairment").

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	<u>Depreciação em anos</u>
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos / Caminhões	5-15
Terrenos	Não depreciados
Advindos do <i>business combination</i>	5
Aeronaves	10

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes e tecnologia da informação são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares adquiridos de terceiros	5
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	3
Marcas registradas e licenças	5
Advindos do <i>business combination</i>	5, 6 e 21

2.10 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direitos de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	<u>Depreciação em anos</u>
Veículos / Caminhões	5

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11 – Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Taxa de desconto

A Companhia identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

	Taxa incremental (%)
Em 31 de dezembro de 2024	14,27
Em 31 de dezembro de 2023	13,16

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou transações em que foi classificada como arrendadora.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(b) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Companhia efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2024.

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência privada do tipo de contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia.

O plano de contribuição definida - previdência privada é oferecido aos colaboradores da Companhia, que prevê:

- Participação dos funcionários com percentuais definidos entre 1% até 10% sobre seu salário base; e
- Contribuição da Companhia em montante equivalente a 100% do aportado pelo colaborador.

Em 31 de dezembro de 2024 o resultado dessas contribuições totalizou o montante de R\$ 1.202 (R\$ 2.995 em 31 de dezembro 2023).

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

(d) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.15 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Companhia é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual, serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia é beneficiada com incentivos fiscais nas esferas federal e estadual que estão registradas de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º.

Conforme art. 523 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios pelo período de 5 anos.

Maiores detalhes dos tipos de benefícios fiscais constituídos pela Companhia estão apresentados em Nota Explicativa nº 16 – Passivo a descoberto (Patrimônio líquido).

d) Remuneração aos acionistas (distribuição de lucros)

Dividendos

A distribuição de lucros via dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados dividendos.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus acionistas como alternativa a distribuição de lucros. Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não deliberou juros sobre capital próprio.

e) Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O cálculo do resultado por ação está apresentado em Nota Explicativa nº 16 – Passivo a descoberto (Patrimônio líquido).

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Companhia, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.19 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (“NCM”) e podem variar de 0% a 6,5%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – Bahia no percentual de 75% em 31 de dezembro de 2024, maiores detalhes estão apresentados em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais / Benefícios fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio não alocado.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos.

2.20 Subvenções governamentais / Benefícios fiscais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48 / IFRS 9, e o montante recebido).

Benefício fiscal – SUDENE

O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Elekeiroz S.A. possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade.

Em 22 de dezembro de 2023, através do laudo constitutivo nº 0412/2023, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de gases (“PGE”) com vencimento para 31 de dezembro de 2032.

Em 23 de abril de 2024, através do laudo constitutivo nº 26/2024, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de álcoois João Úrsulo (“JU”) com vencimento para 31 de dezembro de 2033.

Benefício fiscal – Desenvolve

O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“Desenvolve”) que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Este benefício fiscal é válido até 31 de março de 2028 na planta de gases e prazo indeterminado na planta de álcoois e plastificantes da empresa Elekeiroz S.A..

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a lei 14.789/2023 que introduziu novos regramentos para a tributação dos benefícios fiscais de ICMS pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que fez mediante a revogação da antiga legislação de regência do tema, a saber: Art. 30 da Lei 12.973/2014.

Durante o exercício de 2024, a Administração mensurou os impactos da tributação e concluiu que seu efeito foi imaterial para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.21 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço quotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.22 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamentos de fornecedores – Alteração ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores, vide Nota explicativa nº 12 – Fornecedores.

2.23 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.24 Reestruturação societária e combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Venda de participação societária da Companhia com obtenção de controle para Chembro Química S.A.

Em 19 de agosto de 2022, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) entre a Chembro Química S.A. e o antigo controlador da Companhia para aquisição da totalidade de 31.069.512 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo valor de R\$ 875.000, pago em única parcela, reduzido do endividamento líquido base previsto no Contrato, considerando que está previsto um valor adicional contingente a ser determinado e pago em até 5 (cinco) parcelas anuais, a se iniciar em 1º de abril de 2023 com término em 31 de março de 2028, dependendo do resultado Consolidado do EBITDA gerencial ajustado da Elekeiroz S.A. para cada ano. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram apurados valores de *earnout* devido, considerando que o EBITDA previsto para o ano de 2025 e anos subsequentes será menor que o EBITDA de referência definido no Contrato.

A data de fechamento da transação e efetiva troca de controle ocorreu em 23 de março de 2023, com a realização do efetivo desembolso financeiro mencionado no parágrafo anterior, bem como, cumprimento das demais cláusulas previstas no Contrato. Com isso, a Companhia passou a ser controlada pela Chembro Química S.A.

A aquisição da participação societária teve como principal objetivo a consolidação do **Grupo OCQ** no ramo de químicos intermediários no Brasil.

Foi realizada a mensuração da aquisição ao valor justo, conforme disposto no quadro a seguir:

	<u>31/03/2023</u>
Valor da compra	875.000
CDI no período de atualização	2,21%
Valor da compra atualizado	894.310
Endividamento líquido base	(250.000)
Ajuste do endividamento líquido e capital de giro no fechamento	(110.260)
<i>Earnout</i> (*) estimado	-
Contingências não materializadas assumidas pelos vendedores	-
Valor justo da contraprestação	534.050

(*) na data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 e 2023, o gatilho mínimo para fins de *earnout* previstos no **Contrato** não foi atingido, portanto, nenhum valor de *earnout* foi apurado.

Elekeiroz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A alocação do preço de compra é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2023</u>
Valor justo da contraprestação	534.050
Patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2023	<u>239.075</u>
Ágio total	294.975
Ágio não alocado (<i>goodwill</i>)	<u>227.220</u>
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	67.755
 <u>Alocação de ativos e passivos:</u>	
Estorno provisão de <i>impairment</i>	47.687
Mais valia de imobilizado	30.958
Mais valia de estoques	17.083
Relacionamento com clientes	20.309
Acordo de não solicitação	7.304
Ajuste de tecnologia patenteada	(2.352)
Ajuste de passivos contingentes	(28.927)
IR/CS diferido (a)	<u>(24.307)</u>
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	67.755

A seguir são apresentados os ativos e passivos após amortização em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Mais valia de imobilizado e estorno provisão de <i>impairment</i>	53.740	69.470
Mais valia de estoques (a)	-	-
Relacionamento com clientes	18.777	19.745
Acordo de não solicitação	4.991	6.452
Ajuste de tecnologia patenteada	(1.731)	(2.123)
Ajuste de passivos contingentes	(19.766)	(25.551)
IR/CS diferido (b)	-	-
	<u>56.012</u>	<u>67.993</u>

- a) A mais valia de estoques foi totalmente amortizada em prazo de 90 dias, ou seja, sua amortização completa ocorreu antes de 31 de dezembro de 2023; e
- b) Após a incorporação reversa os saldos de IR/CS diferido foram integralmente baixados com o início da amortização contábil e fiscal por não existirem diferenças tributárias temporárias.

Incorporação reversa da Chembro Química S.A.

Em 31 de maio de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Chembro Química S.A., em razão de simplificar a estrutura acionária do Grupo em que a Companhia pertence e a otimizar custos em sua gestão de projeto de reestruturação de atividades. Como resultado desta incorporação reversa, a Companhia passou a ter como novo controlador a empresa Dofra Participações Ltda..

A seguir é apresentado o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. emitido em 23 de maio de 2023, na data-base de 30 de abril de 2023:

Chembro Química S.A. - Valores em reais – Em 30 de abril de 2023			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	118.176.617,19	Circulante	83.719.457,53
Caixa e equivalentes de caixa	1.481.282,87	Fornecedores	21.953,87
Contas a receber de clientes	634.433,39	Obrigações fiscais e tributárias	1.326.538,07
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27	Debêntures	82.370.965,59
Outras contas a receber	110.262.957,62		
Impostos a recuperar	245.056,74		
Adiantamentos	299.430,45		
Outros ativos	144.767,85		
Não circulante	544.031.053,74	Não circulante	528.795.130,05
Impostos a recuperar	9.154.295,63	Obrigações fiscais e tributárias	7.594.329,99
Outros ativos	852.015,91	Debêntures	512.662.856,47
Investimentos	534.024.742,20	Provisão para contingências	7.581.872,89
		Outros passivos	956.070,70
		Total do passivo	612.514.587,58
		Patrimônio Líquido	49.693.083,35
		Capital social	49.000.000,00
		Reserva de lucros	693.083,35
Total do ativo	662.207.670,93	Total do passivo e patrimônio líquido	662.207.670,93

A seguir é apresentado o balanço patrimonial em 31 de maio de 2023, pós laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. apresentado no quadro anterior e que deu origem aos lançamentos de incorporação reversa:

Chembro Química S.A. - Valores em reais – Em 31 de maio de 2023			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	117.972.338,11	Circulante	92.222.076,64
Caixa e equivalentes de caixa	111.830.430,69	Fornecedores	9,91
Contas a receber de clientes	334.130,39	Obrigações fiscais e tributárias	1.332.494,12
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27	Debêntures	90.889.572,61
Outras contas a receber	144.767,85		
Impostos a recuperar	254.890,46		
Adiantamentos	299.430,45		
Não circulante	544.102.090,65	Não circulante	527.607.245,79
Impostos a recuperar	9.225.332,54	Obrigações fiscais e tributárias	7.544.855,37
Outros ativos	852.015,91	Debêntures	512.781.925,83
Investimentos	534.024.742,20	Provisão para contingências	6.315.869,46
		Outros passivos	964.595,13
		Total do passivo	619.829.322,43
		Patrimônio Líquido	42.245.106,33
		Capital social	49.000.000,00
		Prejuízos acumulados	(6.754.893,67)
Total do ativo	662.074.428,76	Total do passivo e patrimônio líquido	662.074.428,76

A incorporação reversa também resultou na alteração do valor das ações da Companhia, que passou a ter o novo capital social de R\$ 49.000 representado por 31.485.170 ações ordinárias. O quadro a seguir ilustra o efeito da incorporação reversa:

Elekeiroz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social (em reais)	Quantidade de ações (unitário)	Valor da ação (em reais)
Antes da incorporação reversa			
Chembro Química S.A.	49.000.000,00	49.000	1.000,00
Elekeiroz S.A.	103.057.070,40	31.485.170	3,273194
Depois da incorporação reversa			
Elekeiroz S.A.	49.000.000	31.485.170	1,556288

O quadro a seguir detalha os efeitos da incorporação reversa no patrimônio líquido da Companhia:

Valores do patrimônio líquido da Elekeiroz S.A.

Baixa do capital social	(103.057)
Baixa da reserva de incentivo fiscal	(8.326)
Baixa da reserva legal	(20.611)
Baixa da reserva de desenvolvimento	(19.869)
Baixa da reserva especial	(79.162)
Ações em tesouraria não baixadas na incorporação	12.973
Reservas de incentivos fiscais não baixadas na incorporação	(78.259)
Outros resultados abrangentes não baixados na incorporação	2.842
Prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023 baixado na incorporação	55.058
Baixa IR/CS diferidos ágio alocado após a incorporação	24.307
Valores do patrimônio líquido da Chembro Química S.A.	
Incorporação do capital social	49.000
Incorporação da reserva de capital	11.511
Incorporação do prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023	(18.266)
Efeito líquido no patrimônio líquido	(171.858)

Cessão de ações da Nexoleum com transferência de controle

Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” da sua investida direta Nexoleum Bioderivados S.A. (“Nexoleum”) para cessão da totalidade das 3.074.250 (três milhões e setenta, quatro mil e duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que corresponde a 100% de participação no capital da Nexoleum para Ibira Holding S.R.L., parte relacionada pertencente ao Grupo OCQ.

Com a conseqüente transação, a Companhia reconheceu na data da venda a baixa do investimento no montante de R\$ 2.159 e do ágio de R\$ 2.373, totalizando o montante de R\$ 4.532 reconhecido na demonstração do resultado do exercício na rubrica de “outras receitas (despesas), líquidas”.

A transação anteriormente mencionada teve anuência dos debenturistas da Companhia aprovada em Assembleia Geral dos Debenturistas de 2 de agosto de 2024 e teve por motivo a simplificação da estrutura societária do Grupo em que a Companhia pertence.

2.25 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- **Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”):** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- **Provisões para contingências:** São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais; e
- **Provisões para perdas e giro lento dos estoques:** As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	90	1.947	90	2.015
Aplicações financeiras de liquidez imediata	165.127	45.397	165.127	45.397
	165.217	47.344	165.217	47.412

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 70% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (75% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023).

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de “Receitas financeiras”. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 19 – Resultado financeiro.

5 Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes nacionais	138.859	95.969	138.859	96.479
Cientes estrangeiros	3.093	30.056	3.093	30.056
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	(6.996)	(3.030)	(6.996)	(3.540)
Total circulante	134.956	122.995	134.956	122.995
Cientes nacionais	-	24.356	-	24.356
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	-	(24.356)	-	(24.356)
Total não circulante	-	-	-	-
Total circulante	134.956	122.995	134.956	122.995

A Companhia ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 21 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito.

A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	131.430	117.446	131.430	117.956
Vencidos até 30 dias	1.729	3.631	1.729	3.631
Vencidos de 31 a 60 dias	901	1.081	901	1.081
Vencidos de 61 a 90 dias	597	685	597	685
Vencidos de 91 a 180 dias	491	727	491	727
Vencidos de 181 a 360 dias	2.261	458	2.261	458
Superior a 361 dias	4.543	26.353	4.543	26.353
Total das contas a receber - Valor bruto	141.952	150.381	141.952	150.891

A seguir é apresentada a movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	27.386	28.491	27.896	29.001
(+) Combinação de negócios	-	-	-	-
(-) Baixa efetiva de títulos	(22.150)	-	(22.150)	-
(+) Constituição de provisão	5.610	5.469	5.610	5.469
(-) Reversão de provisão	(3.850)	(6.574)	(3.850)	(6.574)
Saldo final	6.996	27.386	6.996	27.896

A Administração considera que os valores registrados a título de PCE são suficientes para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Partes relacionadas

6.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Os saldos das operações com partes relacionadas possuem vencimento determinado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, serviços, matérias primas e materiais para industrialização.

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Partes relacionadas		
Nacional		
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	885	1.386
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	304	1.016
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	89	-
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	7.631	7.080
Outras partes relacionadas	545	-
Total das contas a receber - Partes relacionadas	9.454	9.482

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar - Partes relacionadas		
Nacional		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	119.291	227
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	82.545	11.896
Total das contas a pagar - Partes relacionadas	201.836	12.123

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mútuos - Partes relacionadas		
A pagar		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	(22.204)	-
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	(33.307)	-
Total dos mútuos - Partes relacionadas	(55.511)	-

As entidades apresentadas no quadro acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que pertencem ou possuem participação significativa dos acionistas controladores da Companhia.

6.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o pessoal-chave da Administração foi remunerado conforme rubricas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Diretoria		3.643
- Honorários	-	2.525
- Participação nos lucros	-	-
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	-	652
- Benefícios de curto prazo	-	-
- Benefícios pós-emprego	-	466
Conselho de Administração	-	340
- Honorários	-	285
- Encargos sociais (INSS)	-	55

Em 31 de dezembro de 2024 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

7 Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	83.519	69.995
Produtos acabados	128.104	77.917
Almoxarifado geral	16.657	16.934
Embalagens	1.395	1.803
Estoque em trânsito	12.721	641
Estoque em poder de terceiros	59.059	51.697
(-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques (a)	(4.659)	(6.822)
	296.796	212.165

- (a) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência e garantia:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	6.822	963
(+) Constituição de provisão	4.659	11.055
(-) Reversão de provisão	(6.822)	(5.196)
Saldo final	4.659	6.822

A seguir é apresentada a movimentação da mais valia de estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	-	-
(+) Mais valia de estoques	-	17.083
(-) Amortização de mais valia de estoques	-	(17.083)
Em 31 de dezembro de	-	-

Maiores detalhes da mais valia de estoques podem ser observadas em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

8 Tributos a recuperar / Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	1.077	9.697	1.077	9.751
ICMS (i)	13.347	7.218	13.347	8.534
Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii)	58.555	77.545	58.555	77.485
PIS e COFINS	12.851	5.248	12.851	5.255
Precatórios a recuperar	8.027	9.341	8.027	9.341
Outros tributos a recuperar	4.940	1.570	4.940	1.607
	98.797	110.619	98.797	111.973
Circulante	49.200	45.217	49.200	45.446
Não circulante	49.597	65.402	49.597	66.527

- (i) Refere-se a créditos de ICMS de operações de compra e venda usuais do negócio da Companhia (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2024 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e
- (ii) Historicamente foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Companhia atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente e a movimentação do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	77.485	83.949
(+) Novos créditos	-	1.126
(+/-) Combinação de negócios	(282)	7.004
(+) Atualização monetária	882	861
(-) Vendas de créditos tributários	-	(10.891)
(-) Compensações	(19.530)	(4.564)
Saldo final	58.555	77.485

9 Imobilizado

A seguir são apresentados os saldos de imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	Custo histórico		Custo histórico	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	605.861	578.028	605.861	579.599
Móveis e utensílios	7.354	6.829	7.354	6.829
Equipamentos de laboratório	3.968	3.961	3.968	3.961
Aeronaves	11.840	-	11.840	-
Veículos/Caminhões	6.313	2.883	6.313	2.883
Equipamentos de informática	6.352	5.007	6.352	5.007
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581
Construções	35.879	34.828	35.879	34.828
Benfeitorias/Itens a imobilizar	37.183	30.169	37.183	30.169
Direito de uso	4.508	1.827	4.508	1.827
Mais valia de ativos imobilizados	78.645	78.645	78.645	78.645
<i>Impairment</i>	-	-	-	-
	802.484	746.758	802.484	748.329

	Controladora		Consolidado	
	Valor residual		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	216.797	240.867	216.797	241.960
Móveis e utensílios	2.016	1.831	2.016	1.831
Equipamentos de laboratório	717	874	717	874
Aeronaves	11.426	-	11.426	-
Veículos/Caminhões	3.571	578	3.571	578
Equipamentos de informática	1.668	640	1.668	640
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581
Construções	8.684	8.470	8.684	8.470
Benfeitorias/Itens a imobilizar	37.183	30.169	37.183	30.169
Direito de uso	2.589	110	2.589	110
Mais valia de ativos imobilizados	53.741	69.470	53.741	69.470
<i>Impairment</i>	(28.735)	(39.216)	(28.735)	(39.216)
	314.238	318.374	314.238	319.467

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

Controladora

	Valor líquido em 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	153.583	13.272	(2.387)	118.251	(41.852)	240.867
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Aeronaves	-	-	-	-	-	-
Veículos / Caminhões	1.260	-	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	-	-	-	-	4.581
Construções	7.618	6	-	1.834	(988)	8.470
Benfeitorias / Itens a imobilizar	101.742	49.010	-	(120.583)	-	30.169
Direito de uso	306	136	-	-	(332)	110
Mais valia de ativos imobilizados	-	78.645	-	-	(9.175)	69.470
Impairment	(50.220)	-	-	-	11.004	(39.216)
	222.116	141.609	(2.919)	-	(42.432)	318.374

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	240.867	3.607	(16)	24.355	(52.016)	216.797
Móveis e utensílios	1.831	299	(29)	274	(359)	2.016
Equipamentos de laboratório	874	4	-	11	(172)	717
Aeronaves	-	11.840	-	-	(414)	11.426
Veículos / Caminhões	578	3.430	-	-	(437)	3.571
Equipamentos de informática	640	1.043	-	302	(317)	1.668
Terrenos	4.581	-	-	-	-	4.581
Construções	8.470	499	-	552	(837)	8.684
Benfeitorias / Itens a imobilizar	30.169	32.508	-	(25.494)	-	37.183
Direito de uso	110	2.681	-	-	(202)	2.589
Mais valia de ativos imobilizados	69.470	-	-	-	(15.729)	53.741
Impairment	(39.216)	-	-	-	10.481	(28.735)
	318.374	55.911	(45)	-	(60.002)	314.238

Elekeiroz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Consolidado**

	Valor líquido em 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	154.675	13.272	(1.628)	118.251	(42.610)	241.960
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Aeronaves	-	-	-	-	-	-
Veículos / Caminhões	1.260	-	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	-	-	-	-	4.581
Construções	7.618	6	-	1.834	(988)	8.470
Benfeitorias / Itens a imobilizar	101.742	49.010	-	(120.583)	-	30.169
Direito de uso	306	136	-	-	(332)	110
Mais valia de ativos imobilizados	-	78.645	-	-	(9.175)	69.470
<i>Impairment</i>	(50.220)	-	-	-	11.004	(39.216)
	223.208	141.609	(2.160)	-	(43.190)	319.467

	Valor líquido em 31/12/2023	Cessão Nexoleum (a)	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	241.960	(456)	3.606	(641)	24.356	(52.028)	216.797
Móveis e utensílios	1.831	-	298	(28)	274	(359)	2.016
Equipamentos de laboratório	874	-	4	-	11	(172)	717
Aeronaves	-	-	11.840	-	-	(414)	11.426
Veículos / Caminhões	578	-	3.430	-	-	(437)	3.571
Equipamentos de informática	640	-	1.043	-	302	(317)	1.668
Terrenos	4.581	-	-	-	-	-	4.581
Construções	8.470	-	499	-	552	(837)	8.684
Benfeitorias / Itens a imobilizar	30.169	-	32.509	-	(25.495)	-	37.183
Direito de uso	110	-	2.682	-	-	(203)	2.589
Mais valia de ativos imobilizados	69.470	-	-	-	-	(15.729)	53.741
<i>Impairment</i>	(39.216)	-	-	-	-	10.481	(28.735)
	319.467	(456)	55.911	(669)	-	(60.015)	314.238

(a) Refere-se a baixa dos ativos da Nexoleum Bioderivados S.A. ocorrida em 2 de agosto de 2024, maiores detalhes em Nota explicativa nº 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

Historicamente, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e constatou que a Unidade Geradora de Caixa de Álcoois apresentou valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos.

Os fluxos de caixa foram descontados para o período de 10 (dez) anos considerados pela Administração como período adequado para a indústria química, utilizaram taxa de desconto em termos nominais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individual opera.

As principais premissas são apresentadas a seguir:

Margens de contribuição

Para o período de 2025 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração da Companhia em que a margem de contribuição foi de 18%. Para os períodos a partir de 2026 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2022 a 2024), sendo a margem de contribuição de 19%.

A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa.

Taxas de desconto

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (*WACC*). O *WACC* leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O *WACC* utilizado foi de 14,3% (13,5% antes do imposto de renda).

Inflação de preços de matérias-primas

Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural).

Market share durante o período de projeção

A análise pressupõe que os principais produtos da Companhia acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado.

A Administração concluiu que não foram necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2024.

10 Intangível

10.1 Controladora

	Controladora			
	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Softwares adquiridos de terceiros	5.282	4.250	2.714	2.469
Direitos de exclusividade de patente	8.776	8.776	4.090	5.843
Mais valia de ativos (a)	25.261	25.261	22.038	24.074
Impairment Intangível	-	-	(52)	(123)
	39.319	38.287	28.790	32.263
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (goodwill)	227.220	227.220	227.220	227.220
	227.220	227.220	227.220	227.220
Total do Intangível	266.539	265.507	256.010	259.483

- (a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. A abertura é apresentada a seguir:

	% ao ano	Em 31 de dezembro de 2024	
		Custo histórico	Valor residual
Mais valia de ativos			
Relacionamento com clientes	5	20.309	18.777
Acordo de não solicitação	20	7.304	4.991
Tecnologia patenteada	17	(2.352)	(1.730)
Total		25.261	22.038

A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

	Controladora				
	Softwares adquiridos de terceiros	Direitos de exclusividade de patente	Mais valia de ativos (a)	Impairment Intangível	Total
Em 1º de janeiro de 2023	1.815	7.598	-	(213)	9.200
(+) Adições	881	-	25.261	-	26.142
(-) Amortizações	(227)	(1.755)	(1.187)	90	(3.079)
Em 31 de dezembro de 2023	2.469	5.843	24.074	(123)	32.263
(+) Adições	1.033	-	-	-	1.033
(-) Amortizações	(788)	(1.753)	(2.036)	71	(4.506)
Em 31 de dezembro de 2024	2.714	4.090	22.038	(52)	28.790

- (a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa n° 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

10.2 Consolidado

	Consolidado			
	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Softwares adquiridos de terceiros	5.282	4.250	2.714	2.469
Direitos de exclusividade de patente	8.776	8.776	4.090	5.843
Marcas registradas e licenças	-	-	-	4.254
Mais valia de ativos (a)	25.261	25.261	22.038	24.074
Impairment Intangível	-	-	(52)	(123)
	39.319	38.287	28.790	36.517
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (<i>goodwill</i>)	227.220	227.220	227.220	227.220
	227.220	227.220	227.220	227.220
Total do Intangível	266.539	265.507	256.010	263.737

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

	Consolidado					
	Softwares adquiridos de terceiros	Direitos de exclusividade de patente	Marcas registradas e licenças	Mais valia de ativos (a)	Impairment Intangível	Total
Em 1º de janeiro de 2023	1.815	7.598	7.685	-	(213)	16.885
(+) Adições	1.475	-	136	-	-	1.611
(+) Adições oriundas de combinação de negócios	-	-	-	25.261	-	25.261
(-) Amortizações	(821)	(1.755)	(3.567)	(1.187)	90	(7.240)
Em 31 de dezembro de 2023	2.469	5.843	4.254	24.074	(123)	36.517
(+) Adições	1.033	-	-	-	-	1.033
(-) Baixas	-	-	(2.372)	-	-	(2.372)
(-) Amortizações	(788)	(1.753)	(1.882)	(2.036)	71	(6.388)
Em 31 de dezembro de 2024	2.714	4.090	-	22.038	(52)	28.790

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

Elekeiroz S.A. - Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (“Goodwill”)

O ágio adquirido por meio de combinações de negócios, oriundo de todas as unidades geradoras de caixa que foram adquiridas, não sendo possível alocar em alguma unidade geradora de caixa específica. Para o teste de *impairment* foi utilizado o fluxo de caixa total da Companhia.

O valor recuperável do fluxo de caixa da Companhia é de R\$ 1.065.600 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.235.279 em 31 de dezembro de 2023), superando o valor contábil em R\$ 513.600 (R\$ 405.185 em 31 de dezembro de 2023) e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 5 (cinco) anos com perpetuidade, considerando taxa de desconto em termos nominais e após os impostos nas projeções de fluxo de caixa, custos médios ponderado de capital (WACC) de 14,3% (13,6% em 31 dezembro de 2023) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os 5 (cinco) anos considera uma taxa de crescimento de 3,5%, base IPCA.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade:

Margens de contribuição

Para o período de 2025 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração da Companhia em que a margem de contribuição foi de 18%. Para os períodos a partir de 2026 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2022 a 2024), sendo a margem de contribuição de 19%.

A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa.

Taxas de desconto

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (*WACC*). O *WACC* leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O *WACC* utilizado foi de 14,3% (13,5% antes do imposto de renda).

Inflação de preços de matérias-primas

Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural).

Market share durante o período de projeção

A análise pressupõe que os principais produtos da Companhia acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado.

A Administração concluiu que não são necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11 Investimentos

	Participação %		Saldos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos				
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	-	100%	-	2.379
Cetrel S.A. (b)	2,25%	2,25%	5.463	5.463
Ajuste a valor justo (Cetrel)	-	-	(3.856)	(4.306)
Mais valia (Nexoleum)	-	-	-	4.255
			1.607	7.791

- (a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para a Ibira Holding S.R.L., uma holding do Grupo OCQ. A transação considerou o valor do patrimônio líquido na data da transação que era de R\$ 2.159 e o montante de ágio de R\$ 2.373, totalizando a quantia de R\$ 4.532 reconhecida no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas e despesas, líquidas”;
- (b) A Companhia detém participação minoritária na Cetrel, para o qual realiza anualmente teste de redução ao valor recuperável, conforme disposto a seguir:

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia testou o *impairment* em relação ao investimento na Cetrel S.A. que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável foi mensurado através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais mensurando o recebimento de dividendos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("*WACC*") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco deste investimento.

A Administração concluiu que seriam necessários ajustes no investimento da Cetrel e reconheceu em 31 dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.306 na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Durante o exercício de 2024, a Administração manteve a prática de descontar os fluxos de caixa mensurando o recebimento de dividendos e efetuou o reconhecimento da variação do valor justo no montante de R\$ 450 na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

	Nexoleum	Cetrel	Total
Em 1º de janeiro de 2023	7.733	5.463	13.196
(+) Aumento de capital	1.300	-	1.300
(+/-) <i>Impairment</i>	-	(4.306)	(4.306)
(+/-) Equivalência patrimonial	828	-	828
(-) Amortização do intangível	(3.227)	-	(3.227)
Em 31 de dezembro de 2023	6.634	1.157	7.791
	Nexoleum	Cetrel	Total
Em 31 de dezembro de 2023	6.634	1.157	7.791
(+) Ajuste a valor justo	-	450	450
(-) Cessão de ações	(4.532)	-	(4.532)
(-) Baixa de mais valia	(1.882)	-	(1.882)
(+/-) Equivalência patrimonial	(220)	-	(220)
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.607	1.607

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	46.308	50.294	46.308	50.295
Fornecedores estrangeiros	-	8.803	-	8.803
Fornecedores risco sacado	218.904	117.126	218.904	117.126
	265.212	176.223	265.212	176.224

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características abaixo:

Contas a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros não incidem juros e são geralmente liquidadas pela Companhia em prazo de 25 dias (15 dias em 31 de dezembro de 2023). São apresentados maiores detalhes para fornecedores que são caracterizados pela modalidade de risco sacado, vide:

Risco sacado

A Elekeiroz possui convênios de pagamentos com instituições financeiras que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Elekeiroz mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Elekeiroz. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento. O prazo praticado pela Elekeiroz em 31 de dezembro de 2024 é de 90 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2023), mantendo assim, condições usualmente praticadas pelo mercado.

As transações em aberto em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 218.904 (R\$ 117.126 em 31 de dezembro de 2023) e refletem as variações de volumes e preços negociados no período e na alteração do prazo negociado de pagamento dessas compras.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A posição da dívida é detalhada a seguir:

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data da contratação	Data do vencimento	Controladora e consolidado	
					31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos					312.032	356.708
Banco do Brasil / CCB (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	23/07/2031	10.207	15.277
Banco do Brasil / NCE (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	21/06/2022	13/07/2031	223.151	251.664
Banco do Brasil / NCE (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	02/07/2031	78.674	89.767
Debêntures					470.109	544.666
1º Emissão de debêntures - Chembro (incorporada pela Elekeiroz) (a)	BRL	3,17% a.a. + CDI	23/03/2023	23/03/2031	470.109	544.666
Custos de transação					(16.102)	(14.677)
(-) Custos de transação					(16.102)	(14.677)
					766.039	886.697
Circulante					104.204	160.072
Não circulante					661.835	726.625

(a) As operações de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem garantias vinculadas de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos, financiamentos debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 1º de janeiro de 2023	395.604	13.027	408.631
(+) Captações	-	603.672	603.672
(+) Provisão de juros	52.214	66.620	118.834
(-) Amortização de principal	(53.885)	(114.195)	(168.080)
(-) Amortização de juros	(37.223)	(24.458)	(61.681)
(-) Reconhecimento de custos de transação	(1.749)	(12.930)	(14.679)
Em 31 de dezembro de 2023	354.961	531.736	886.697

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 31 de dezembro de 2023	354.961	531.736	886.697
(+) Captações	-	-	-
(+) Provisão de juros	34.739	70.336	105.075
(-) Amortização de principal	(48.750)	(75.000)	(123.750)
(-) Amortização de juros	(30.664)	(69.893)	(100.557)
(+) Reconhecimento de custos de transação	1.332	1.685	3.017
(-) Novos custos de transação	(4.443)	-	(4.443)
Em 31 de dezembro de 2024	307.175	458.864	766.039

Empréstimo e financiamentos

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia possui firmado contrato de cédula de crédito, que deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024 (2,50x em 31 de dezembro de 2023), sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via solicitação a respectiva instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2024 e 2023 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

Garantias

As operações possuem garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas.

Custos de transação

Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” em conta redutora do passivo da dívida dos empréstimos e financiamentos. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contratos de empréstimos e financiamentos, na rubrica de “despesas financeiras”.

b) Debêntures

1º Emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures (ICVM 476)

Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Chembro Química S.A., posteriormente, incorporada pela Companhia, a realização de instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 no valor de até R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), cujo anúncio de início de distribuição foi realizado em 30 de dezembro de 2022.

Os recursos captados no âmbito da emissão foram exclusivamente destinados à aquisição da Companhia pelo **Grupo OCQ**, conforme descrito na Nota explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

As debêntures possuem características de série única, prazo de 8 anos contados a partir da data de emissão, remuneração CDI com *spread* de 3,17% ao ano e amortizações trimestrais sem carência.

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições envolvidas na transação é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referentes aos exercícios fiscais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2023, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima.

Garantias

A operação possui garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas.

Custos de transação

Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de “despesas financeiras”.

Estes custos estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de “despesas financeiras”.

14 Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda imóveis e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco (5) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

O quadro a seguir apresenta a composição dos saldos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor nominal do passivo de arrendamento	3.558	107
2025	786	107
2026	739	-
2027	739	-
2028 em diante	1.294	-
Ajustado a valor presente	(924)	-
2025	(322)	-
2026	(262)	-
2027	(194)	-
2028 em diante	(146)	-
Passivo de arrendamento, líquido	2.634	107
Circulante	429	107
Não circulante	2.205	-

A seguir é apresentada a movimentação do arrendamento mercantil:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	-
(+) Novos contratos de arrendamento	107
Em 31 de dezembro de 2023	107
	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	107
(+) Novos contratos de arrendamento	2.682
(+) Provisão de juros	60
(-) Amortizações	(215)
Em 31 de dezembro de 2024	2.634

Como divulgação espontânea, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção:

	Controladora e Consolidado			
Fluxo de pagamentos futuros	2025	2026	2027	2028 em diante
Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente	786	739	739	1.294
Cenário com inflação	40	32	30	52
Taxa de inflação considerada - Fonte Copom	5,04%	4,33%	4,00%	4,00%

15 Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

15.1 Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	304	669
Trabalhistas	9.084	8.703
Tributárias	5.015	7.833
Mais valia de passivo contingentes (Tributários)	19.766	25.551
	34.169	42.756

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	1.797	9.368	984	-	12.149
(+) Remensuração de processos	189	666	-	-	855
(+) Novos processos	-	4.848	14	-	4.862
(-) Reversões	(469)	(3.578)	(14)	-	(4.061)
(-) Pagamentos	-	(2.601)	(315)	-	(2.916)
(+) Adições decorrente de combinação de negócios	6.316	-	-	28.927	35.243
(-) Amortização de passivo contingente	-	-	-	(3.376)	(3.376)
Em 31 de dezembro de 2023	7.833	8.703	669	25.551	42.756

	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 31 de dezembro de 2023	7.833	8.703	669	25.551	42.756
(+) Remensuração de processos	(108)	893	-	-	785
(+) Novos processos	-	1.731	1.078	-	2.809
(-) Reversões	(2.710)	(2.243)	(80)	-	(5.033)
(-) Pagamentos	-	-	(1.363)	-	(1.363)
(-) Amortização de passivo contingente	-	-	-	(5.785)	(5.785)
Em 31 de dezembro de 2024	5.015	9.084	304	19.766	34.169

15.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contingências cíveis (i)	4.905	6.998
Contingências trabalhistas (ii)	26.897	92.378
Contingências tributárias (iii)	87.966	54.356
	119.768	153.732

a) Cíveis

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Demais processos	4.905	6.998
	4.905	6.998

b) Trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023
Processos Trabalhistas (i)	26.897	92.378
	26.897	92.378

- i) Englobam processos trabalhistas de natureza relacionadas a horas extras, verbas adicionais, indenizações, verbas rescisórias e outras.

c) Tributárias

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	4.093	3.712
Contribuição previdenciária s/PPR, acordo trabalhista e solidariedade	4.680	4.233
Ação Declaratória do REIQ - MP 863/2018	2.997	2.696
Créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos	3.182	2.867
Inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação	5.620	5.046
IPTU Camaçari/BA revisão, área descoberta e majoração abusiva	19.399	15.915
ICMS estorno de crédito em desacordo com a legislação	5.296	4.764
Multa importação	27.794	-
Demais processos	14.935	15.123
	87.996	54.356

15.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Companhia correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas	2.722	3.607
Contingências tributárias	4.439	6.252
	7.161	9.859

15.4 Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações financeiras.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	64.652	59.060
SELIC - Não incidência de IRPJ/CSLL (repetição indébito)	44.640	41.037
ICMS -Repetição do crédito acumulado de Igarassú	8.469	7.593
Outros tributários - Valores inferiores a R\$ 10 milhões	11.543	10.430
Cíveis	2.412	9.760
Recuperação judicial	194	4.209
Outros cíveis - Valores inferiores a R\$ 10 milhões	2.218	5.551
	67.064	68.820

16 Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 49.000 (R\$ 49.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das ações é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dofra Participações Ltda.	49.000	49.000
	49.000	49.000

A movimentação do exercício é apresentada a seguir:

Em milhares de ações	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	49.000	103.057
Efeitos da incorporação reversa (a)	-	(54.057)
Emitidas e totalmente integralizadas	49.000	49.000

(a) As alterações do capital social da Companhia ocorridas durante o exercício de 2023 são oriundas da incorporação reversa, maiores detalhes em Nota Explicativa nº 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

(b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Companhia e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

(c) Reserva de incentivos fiscais**Benefício fiscal – SUDENE**

O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Companhia possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade. Maiores detalhes estão dispostos em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais / Benefícios fiscais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldo de reservas de incentivos fiscais (R\$ 72.276 em 31 de dezembro de 2023). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados durante o exercício de 2023.

Benefício fiscal – Desenvolve

O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“Desenvolve”) que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Maiores detalhes estão dispostos em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais / Benefícios fiscais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldos em suas reservas de incentivos fiscais de (R\$ 6.692 em 31 de dezembro de 2023). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados durante o exercício de 2023.

(d) Distribuição de lucros**Distribuição de dividendos**

A distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados e pagos dividendos.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio.

(e) Resultado por ação**Resultado básico e diluído por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

A seguir é apresentado o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas	(22.510)	(108.216)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	31.192	31.192
Resultado básico e diluído por ação - Em reais	<u>(0,72)</u>	<u>(3,47)</u>

17 Receita líquida de serviços

A conciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta de vendas	2.191.287	1.721.530
Receita bruta de serviços	-	59.995
(-) Devoluções e cancelamentos	(9.624)	(21.556)
(-) Impostos sobre vendas	(410.426)	(351.322)
(-) Impostos sobre serviços	(12)	-
	<u>1.771.225</u>	<u>1.408.647</u>

18 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	(1.545.876)	(1.300.181)	(1.545.888)	(1.300.181)
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.364.338)	(1.161.484)	(1.364.338)	(1.161.484)
Gastos com pessoal	(74.131)	(69.559)	(74.142)	(69.559)
Serviços de terceiros	(8.884)	(7.519)	(8.884)	(7.519)
Depreciação e amortização	(44.426)	(34.513)	(44.426)	(34.513)
Operação e manutenção	(37.566)	(14.744)	(37.566)	(14.744)
Aluguéis	(1.010)	-	(1.010)	-
Descarte de resíduos	(1.919)	-	(1.919)	-
Gastos com importação/exportação	(9.485)	(6.057)	(9.485)	(6.057)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(3.770)	(8.250)	(3.770)	(8.250)
Outros custos	(347)	1.945	(348)	1.945
Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras	(145.497)	(146.637)	(145.793)	(146.057)
Gastos com pessoal	(28.508)	(34.580)	(28.508)	(34.580)
Gastos comerciais	(7.703)	(7.092)	(7.703)	(7.092)
Serviços de terceiros	(15.128)	(14.981)	(15.170)	(14.981)
Depreciação e amortização	(4.233)	(5.213)	(4.233)	(5.220)
Amortização do ágio - Mais valia	(11.980)	(24.071)	(11.980)	(24.071)
Fretes e carretos	(44.260)	(34.916)	(44.260)	(34.916)
Aluguéis	(277)	(273)	(277)	(273)
Provisões para contingências	2.694	1.287	2.694	1.287
Operação e manutenção	(862)	(871)	(862)	(871)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.760)	1.105	(1.250)	1.105
Benefício fiscal – REIQ (a)	8.868	-	8.868	-
Benefício fiscal – Desenvolve (b)	5.661	-	5.661	-
Alienação de precatórios e reversões (c)	17.258	39.566	17.258	39.566
Custos de transação de aquisição da Elekeiroz (d)	-	(52.161)	-	(52.161)
Outras receitas (despesas), líquidas (e)	(65.267)	(14.437)	(66.031)	(13.850)
Total	(1.691.373)	(1.446.818)	(1.691.681)	(1.446.238)

- (a) A Companhia aderiu ao Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") durante o exercício de 2024 que prevê créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de determinadas matérias-primas;
- (b) Maiores detalhes dos benefícios estão descritos em Nota explicativa n° 2.20 - Subvenções governamentais / Benefícios fiscais; e
- (c) Referem-se principalmente a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Empresa Elekeiroz realizou no montante de R\$ 16.074 e outras alienações;
- (d) Referem-se a custos de transação do fechamento do processo de combinação de negócios da Companhia ocorrido durante o exercício de 2023, que não compõem o desempenho orgânico da Companhia; e
- (e) Foram registrados em 2024 como principais acontecimentos na empresa Elekeiroz na rubrica de outras receitas os montantes de R\$ 32.020 referentes a acordos com antigos controladores e R\$ 1.065 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida despesa no montante de R\$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nexoleum.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	16.380	14.128	16.469	14.338
Rendimentos de aplicações financeiras	10.709	9.797	10.709	9.801
Descontos obtidos	362	570	362	570
Atualização monetária ativa	4.675	-	4.763	206
Juros de contas a receber	186	3.488	186	3.488
Outras receitas financeiras	448	273	449	273
Despesa financeira	(128.856)	(123.461)	(128.857)	(123.431)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(110.619)	(105.688)	(110.619)	(105.701)
Custos de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.018)	(1.052)	(3.018)	(1.052)
Cessão de crédito de clientes	(11.417)	(13.784)	(11.417)	(13.784)
Descontos concedidos	(7)	(18)	(7)	(18)
Atualização monetária passiva	(577)	(700)	(577)	(700)
Despesas bancárias	(1.898)	(1.376)	(1.899)	(1.377)
Outras despesas financeiras	(1.320)	(843)	(1.320)	(799)
Variação cambial	9.762	(2.123)	9.762	(2.115)
Variação cambial ativa	14.848	6.875	14.848	6.885
Variação cambial passiva	(5.086)	(8.998)	(5.086)	(9.000)
Resultado financeiro, líquido	(102.714)	(111.456)	(102.626)	(111.208)

20 Imposto de renda e contribuição social

Corrente e diferido

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	(75.605)	(97.454)	(75.605)	(97.454)
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	-	-	-
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	-	-	-	-
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção	-	-	-	-
Contribuição social à alíquota de 9%	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social da Controladora pelo lucro presumido	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda à alíquota de 25%	423	29.843	423	29.843
Contribuição social à alíquota de 9%	149	10.740	149	10.740
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	572	40.583	572	40.583
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	(23.082)	(148.799)	(23.082)	(148.799)
Total das adições e exclusões permanentes	(43.422)	55.484	(43.422)	55.484
(+) Custos de transação da troca de controle da Companhia	-	52.161	-	52.161
(+) Lei de incentivo a cultura	-	-	-	-
(+) Lei de incentivo ao esporte	-	-	-	-
(+) Fundo da criança e do adolescente	-	-	-	-
(+) Outras adições permanentes	7.410	7.835	7.410	7.835
(-) Crédito de exclusão do ICMS na Base de cálculo de PIS/COFINS	-	-	-	-
(-) Ágio	(45.444)	-	(45.444)	-
(-) Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
(-) Lei do bem	-	-	-	-
(-) Outras exclusões permanentes	(5.388)	(4.512)	(5.388)	(4.512)
Adições e exclusões temporárias	(9.101)	(4.139)	(9.101)	(4.139)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	(75.605)	(97.454)	(75.605)	(97.454)
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	0%	0%	0%	0%

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Saldo inicial 31/12/2022	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2023
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	6.283	44.850	-	51.133
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	9.687	1.960	(10.255)	1.392
Provisão para contingências	3.795	3.870	(2.101)	5.564
Impairment ativo imobilizado e intangível	17.147	-	(3.772)	13.375
Habilitação crédito tributário - precatório	16.379	-	(14.567)	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	1.825	6.375	(3.362)	4.838
Ajuste a valor presente (AVP)	42	-	-	42
Total de ativos de impostos diferidos	55.158	57.055	(34.057)	78.156
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	(2.656)	-	3.207	551
Créditos tributários	(28.607)	(2.232)	27.087	(3.752)
Ágio alocado	-	(9.013)	-	(9.013)
Total de passivos de impostos diferidos	(31.263)	(11.245)	30.294	(12.214)
Total de imposto diferido líquido	23.895	45.810	(3.763)	65.942
	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2024
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	51.133	19.208	-	70.341
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.392	2.202	(1.517)	2.077
Provisão para contingências	5.564	953	(1.745)	4.772
Impairment ativo imobilizado e intangível	13.375	-	(3.588)	9.787
Habilitação crédito tributário - precatório	1.812	-	-	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	4.838	5.235	(3.353)	6.720
Ajuste a valor presente (AVP)	42	-	-	42
Total de ativos de impostos diferidos	78.156	27.598	(10.203)	95.551
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	551	(2.876)	1.352	(973)
Créditos tributários	(3.752)	-	-	(3.752)
Ágio alocado	(9.013)	(15.451)	-	(24.464)
Total de passivos de impostos diferidos	(12.214)	(18.327)	1.352	(29.189)
Total de imposto diferido líquido	65.942	9.271	(8.851)	66.362

A Companhia estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 7 (sete) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024:

31/12/2024

2025	-
2026	8.118
2027	9.169
2028	11.385
2029 em diante	66.879
Total de ativos de impostos diferidos	95.551

21 Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência de Finanças e Diretoria Comercial.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 15% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora e consolidado				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	265.212	265.212	265.212	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	201.836	201.836	201.836	-	-
Mútuos - Partes relacionadas	55.511	104.291	5.511	5.511	93.269
Empréstimos, financiamentos e debêntures	766.039	1.114.976	194.881	204.031	716.064
Arrendamento mercantil	2.634	3.558	786	739	2.033
Outros passivos	14.518	14.518	4.976	9.541	-
	1.305.750	1.704.391	673.202	219.822	811.366

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora					Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos										
Fornecedores	176.223	176.223	176.223	-	-	176.224	176.224	176.224	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	12.123	12.123	12.123	-	-	12.123	12.123	12.123	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	886.697	886.697	160.072	330.000	396.625	886.697	886.697	160.072	330.000	396.625
Arrendamento mercantil	107	107	72	35	-	107	107	72	35	-
Outros passivos	29.295	29.295	29.295	-	-	29.295	29.295	29.295	-	-
	1.104.445	1.104.445	377.785	330.035	396.625	1.104.446	1.104.446	377.786	330.035	396.625

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) Risco cambial

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Consolidado			
		Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Cientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	3.093	2.977	3.716	4.465
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	-	-	-	-
Contas a receber - Partes relacionadas	Dólar americano (US\$)	-	-	-	-
Totalizador		3.093	2.977	3.716	4.465
Impacto no resultado antes dos impostos			(116)	623	1.372
31 de dezembro de 2024					
Indexador	Real	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	
Dólar americano (US\$) - Fechamento do exercício	6,19	-	-	-	-
Dólar americano (US\$) - Projetado Dezembro/2025	-	5,96	7,44	8,94	

Fonte: Dólar americano (Boletim Focus).

b) Risco de taxa de juros

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	165.127	48.270	165.127	48.270
Títulos e valores mobiliários (i)	165.127	48.270	165.127	48.270
Passivos financeiros	(824.184)	(886.804)	(824.184)	(886.804)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(766.039)	(886.697)	(766.039)	(886.697)
Arrendamento mercantil	(2.634)	(107)	(2.634)	(107)
Mútuos com partes relacionadas	(55.511)	-	(55.511)	-
Risco de taxa de juros, líquido	(659.057)	(838.534)	(659.057)	(838.534)

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros (exposição por tipo de risco)

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário “provável” é o cenário trabalhado pela Administração projetado para 31 de dezembro de 2025 e pode ser entendido como saldo estimado das rubricas ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%, conforme julgamento definido pela Administração.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Controladora e consolidado			
		Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalente de caixa	CDI	165.127	189.698	195.841	201.983
Arrendamento mercantil	IGPM	(2.634)	(2.762)	(2.794)	(2.826)
Mútuos - Partes relacionadas	SELIC	(55.511)	(63.699)	(65.746)	(67.793)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(782.141)	(898.524)	(927.619)	(956.715)
Totalizador		(675.159)	(775.287)	(800.319)	(825.351)
Impacto no resultado antes dos impostos			(100.128)	(125.160)	(150.192)
31 de dezembro de 2024					
Indexador		Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	
CDI		14,88%	18,60%	22,32%	
SELIC		14,75%	18,44%	22,13%	
IGPM		4,87%	6,09%	7,31%	

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

a) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a Companhia a baixar preços, prejudicando os resultados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros e determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	Hierarquia do valor justo	Controladora			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	165.217	165.217	47.344	47.344
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	134.956	134.956	122.995	122.995
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	9.454	9.454	9.482	9.482
Outros ativos	Custo amortizado	-	13.147	13.147	10.807	10.807
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	1.607	1.607	1.157	1.157
Fornecedores	Custo amortizado	-	(265.212)	(265.212)	(176.223)	(176.223)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(55.511)	(55.511)	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(201.836)	(201.836)	(12.123)	(12.123)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	-	(2.634)	(2.634)	(107)	(107)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	-	(766.039)	(766.039)	(886.697)	(886.697)
Outros passivos	Custo amortizado	-	(14.518)	(14.518)	(29.295)	(29.295)
			(981.369)	(981.369)	(912.660)	(912.660)

Instrumento financeiro	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	165.217	165.217	47.412	47.412
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	134.956	134.956	122.995	122.995
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	9.454	9.454	9.482	9.482
Outros ativos	Custo amortizado	-	13.147	13.147	10.675	10.675
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	1.607	1.607	1.157	1.157
Fornecedores	Custo amortizado	-	(265.212)	(265.212)	(176.224)	(176.224)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(55.511)	(55.511)	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(201.836)	(201.836)	(12.123)	(12.123)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	-	(2.634)	(2.634)	(107)	(107)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	-	(766.039)	(766.039)	(886.697)	(886.697)
Outros passivos	Custo amortizado	-	(14.518)	(14.518)	(29.295)	(29.295)
			(981.369)	(981.369)	(912.725)	(912.725)

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos financeiros de níveis 1 e 3, passivos financeiros mensurados ao valor justo e durante o exercício de 2023 a companhia passou a mensurar o investimento na Cetrel S/A a valor justo. Para os demais instrumentos financeiros, não houve movimentação entre os níveis 1,2 e 3.

22 Seguros (não auditado)

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir:

Modalidade	Vigência		Moeda	Limites máximos de indenização
	Início	Término		
Riscos operacionais	19/09/2024	19/09/2025	Reais	178.000.000
Responsabilidade civil ("D&O")	25/08/2024	25/08/2025	Reais	50.000.000
Responsabilidade civil de terceiros	19/12/2024	19/12/2025	Reais	15.000.000
Veículos	05/02/2024	05/02/2025	Reais	2.200.000
Veículos pesados	16/12/2024	16/12/2025	Reais	450.000
Crédito	31/12/2024	31/12/2026	Dólares norte americanos	753.000
Garantia judicial	02/10/2018	09/09/2029	Reais	30.903.780
Garantia financeira	01/01/2025	31/01/2026	Reais	1.124.630
Transporte internacional - Importação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Transporte internacional - Exportação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Riscos diversos	17/06/2024	17/06/2025	Reais	775.216

23 Eventos subsequentes

Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.
